

## CPI dos Precatórios quebra sigilo de diretor do Bradesco

*Embora tenha negado que orientasse a distribuidora Paper a comprar títulos públicos, Katsumi Kihara foi desmentido por ex-dono e ex-funcionário da empresa liquidada*



A CPI dos Precatórios também decidiu estender sigilo às empresas acionistas das liquidadas

### ACM pede rapidez para reforma agrária

Antonio Carlos Magalhães pediu aos senadores que apressem a votação de dois projetos que tratam de reforma agrária, em análise nas comissões permanentes da Casa. O presidente do Senado disse que a votação de todos os projetos sobre o assunto foi uma das reivindicações dos sem-terra na recente marcha a Brasília, lembrando que ele próprio prometeu aos líderes do MST colocar os projetos em votação.

O plenário do Senado aprovou ontem a tramitação conjunta dos projetos sobre reforma agrária. O primeiro, de Flávio Melo (PMDB-AC), prevê que a Justiça não considerará qualquer modificação, por dois anos, na fazenda vistoriada pelo Incra e catalogada para desapropriação. O outro, de José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR), estabelece a participação de estados e municípios na reforma agrária, cabendo às prefeituras cadastrar os sem-terra.

### Senado editará livro sobre Luís Carlos Prestes

Na companhia do senador Roberto Freire (PPS-PE), Luís Carlos Prestes Filho foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para conversar a respeito do lançamento pela Casa, no ano que vem, de um livro sobre o mandato de Luís

Carlos Prestes como senador. A edição fará parte das comemorações do centenário de nascimento do ex-dirigente comunista. Além de documentos encontrados nos arquivos do Senado, será utilizado também material cedido pela família de Prestes.

### CCJ ouve hoje Waldir Pires e Stephanes sobre previdência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), debate hoje, com o ministro Reinhold Stephanes e com o ex-ministro Waldir Pires, a proposta de emenda à Constituição que modifica o sistema de previdência social. Na próxima semana, serão ouvidos os ex-ministros Antonio Britto e Sérgio Cutolo.

Da reunião de ontem participaram os ex-ministros Raphael de Almeida Magalhães e Jarbas Passarinho. O relator da matéria, senador Beni Veras (PSDB-CE), afirmou que, na verdade, o que se está propondo não é uma reforma da Previdência, mas um ajuste. Ele considerou inviável a proposta de uniformização do regime previdenciário, hoje distinto para militares e servidores públicos. **Página 5**

Ao aprovar requerimento da senadora Emília Fernandes (PTB-RS), a CPI dos Precatórios decidiu ontem determinar a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do diretor da Mesa de Operações do Bradesco no Rio de Janeiro, Katsumi Kihara. Apesar de ele haver negado, frente aos senadores, que tinha orientado a distribuidora Paper (posteriormente Arjel e hoje liquidada extrajudicialmente) a comprar títulos públicos, o ex-dono e um ex-funcionário da empresa informaram que agiam sob sua orientação.

O ex-dono, comandante Augusto Cesar Falcão de Queiroz, e o *broker* (corretor) Edson Ferreira informaram que Katsumi Kihara dizia à Paper que papéis deviam ser comprados para serem, posteriormente, vendidos para o Bradesco. Nessa cadeia específica de compra e venda de títulos emitidos para pagar precatórios, os papéis terminavam sempre nas mãos do Bradesco, o que o relator da CPI, Roberto Requião (PMDB-PR), considerou "coincidência demais para ser desconhecida pelos envolvidos".

Na mesma reunião, a CPI decidiu que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das instituições financeiras liquidadas pelo Banco Central deverá ser estendida às empresas acionistas das liquidadas, bem como das contratadas por elas.

Entre outras decisões, a Comissão aprovou a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de Edson Ferreira e de Júlio Bittencourt Fabriani, este, consultor da corretora Tarimba.

# Bilhete de loteria pode ter fotos de desaparecidos

Projeto de Hugo Napoleão que objetiva facilitar a localização de crianças e adolescentes será apreciado hoje pela Comissão de Assuntos Sociais, presidida por Ademir Andrade

## Balcão da Saúde, hoje

A equipe de enfermagem da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado promove hoje, a partir das 8h, o *Balcão da Saúde*, montado próximo ao posto médico que funciona no edifício principal da Casa e que dará orientações sobre obesidade e diabete. As 200 primeiras pessoas que visitarem o local poderão fazer exame para medir a quantidade de açúcar no sangue. O *Balcão da Saúde* será promovido mensalmente.

## Livro das Respostas

O poeta e escritor Diógenes da Cunha Lima lançou ontem, na Biblioteca do Senado, o *Livro das Respostas*. A obra contém respostas às 311 perguntas do *Libro de las Preguntas*, do poeta chileno Pablo Neruda. A solenidade contou com a presença do primeiro-secretário da Casa, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), do primeiro vice-presidente, Geraldo Melo (PSDB-RN), e ainda de José Agripino (PFL-RN) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 10h, para apreciação de diversas matérias, dentre elas projeto de Hugo Napoleão (PFL-PI) que dispõe sobre a inclusão, em bilhetes da Loteria Federal, de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos; e o de autoria de Humberto Lucena (PMDB-PB), que trata da alocação, em depósitos especiais remunerados, de recursos da disponibilidade financeira do Fundo de Amparo

ao Trabalhador - FAT, na Caixa Econômica Federal.

Outro projeto também a ser apreciado hoje pela CAS é o de autoria de Lúcio Coelho (PSDB-MS) que institui seguro contra acidentes pessoais, a cargo dos promotores de rodeios, em benefício dos participantes desses eventos. Também deverá ser apreciado projeto que concede isenção de impostos a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoa portadora de deficiência.

## Ameaças a jornalista

O ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco, Fernando Veloso, titular da coluna "Diário Político" do *Diário de Pernambuco*, vem recebendo ameaças de morte "em nome de setores que estariam descontentes com algumas notícias publicadas relativas à questão dos precatórios", disse ontem, em plenário, Roberto Freire (PPS-PE).

Ele registrou sua solidariedade ao jornalista e sua família e pediu a transcrição, nos Anais da Casa, de nota oficial do Sindicato dos Jornalistas pernambucano. No último fim de semana, informou o senador, as ameaças se materializaram em atentado contra a esposa do colunista, Edna Nunes. Segundo afirmou, trata-se de atitudes que "partem de bandidos e pessoas desclassificadas que, escondendo-se sob o manto do anonimato, procuram asfixiar a liberdade de imprensa no nosso estado". Conforme Roberto Freire, o governo de Pernambuco já se mobilizou para localizar e punir os autores das ameaças e do atentado.

## Tuma destaca modernidade do transporte intermodal

Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou ontem que um dos principais imperativos da modernidade, em especial na atual fase de globalização comercial, é a conjugação dos transportes ferroviário, por dutos, fluvial, marítimo, rodoviário e aéreo - o transporte intermodal. Trata-se, segundo ele, de uma revolução que já foi feita pelos países desenvolvidos e na qual "o Brasil ainda engatinha".

Tuma destacou, ainda, que tramita no Senado projeto de



Romeu Tuma

lei de 1989 sobre transporte intermodal, de iniciativa do então presidente Sarney, que poderá dotar o país de uma legislação moderna de transportes. Esse foi também o tema do 1º Congresso Nacional sobre Transporte Intermodal, realizado no último dia 7 em São Paulo, presidido pelo senador.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 4/97, que permite reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Exposição dos ex-ministros da Previdência e Assistência Social Waldir Pires e Reinhold Stephanes sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/96, que modifica o Sistema de Previdência Social, e estabelece normas de transição. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 120/96 (terminativo), que dispõe sobre a inclusão, em bilhetes da Loteria Federal, de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos; \*PLS nº 206/95 (não terminativo), que dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados, de recursos da disponibilidade financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, na Caixa Econômica Federal; \*PLS nº 219/96

(terminativo), que dispõe sobre o seguro contra acidentes pessoais, a cargo dos promotores de rodeios, em benefício dos participantes desses eventos, amadores ou profissionais, e dos seus dependentes; e \*PLC nº 156/93 (não terminativo), que altera o art. 7º da Lei nº 5.889/73, que institui normas reguladoras do trabalho rural. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

10h - MP nº 1530-5/97, que institui o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

10h30 - MP nº 1549-29/97, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - MP nº 1559-12/97, que altera a legislação do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - MP nº 1560-4/97, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

15h30 - MP nº 1561-4/97, que regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73/93. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - MP nº 1562-4/97, que define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

## REELEIÇÃO



Pedro Simon

## Simon concorda, desde que o povo se manifeste a favor

Pedro Simon (PMDB-RS) insistiu ontem, durante a discussão da proposta de emenda constitucional que permite reeleição para os cargos executivos, que o Congresso concorde com a realização de um referendo sobre o assunto, "para que o povo diga se quer reeleição ou não". Simon é autor de uma proposta de emenda constitucional prevenindo esse referendo.

Há quem diga que o Senado não deve aprovar qualquer emenda à proposta que veio da Câmara, para que o assunto não volte ao debate dos deputados. Acho ofensivo ao Senado usar esse tipo de argumento. Se uma proposta de mudança constitucional não pode ser alterada pelo Senado, então é melhor que se feche o Senado - declarar.

Conforme Pedro Simon, "votar reeleição com efeito retroativo, pois quando o atual presidente foi eleito não se previa a reeleição, só acontece em republiqueta de quinta categoria. Nem a ditadura fez isso". Depois de lembrar que todas as constituições do país rejeitaram a reeleição, o senador gaúcho ponderou que o referendo "não atrasará em nada" a tramitação da matéria no Congresso.

- Se o Senado aprovar o referendo, os deputados só terão de dizer sim ou não. Não será iniciado nenhum novo debate sobre reeleição. E tudo será encerrado muito a tempo das eleições de 3 de outubro do ano que vem - justificou Pedro Simon.

# Desincompatibilização só se for para todos, defende Alcântara

A mesma posição foi reafirmada pelo senador Jefferson Peres. Para Roberto Freire, a medida não impede o uso da máquina administrativa

No terceiro dia de discussão, em plenário, da proposta de emenda constitucional que permite reeleição para cargos executivos, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que, se o Congresso concordar com a mudança, "deve fazê-lo por inteiro, isto é, sem desincompatibilização e para todos os níveis de poder, de prefeito a presidente da República". Na opinião de Alcântara, que ressaltou ser fa-



Lúcio Alcântara

vorável à reeleição, se o princípio da desincompatibilização não for para todos, "seria um casuismo". Alcântara acredita que, se aprovada, a mudança constitucional provocará "um choque cultural" nos brasileiros, porque toda a história eleitoral no Brasil registra que sempre se procurou aumentar os prazos para desincompatibilização e estabelecer novas hipóteses de inelegibilidades. Em aparte,

Jefferson Peres (PSDB-AM) disse que queria retificar notícia publicada ontem pelo *Jornal do Senado*. "Fiz pronunciamento a favor da reeleição, mas a favor também da desincompatibilização em todos os níveis. Porém, o *Jornal do Senado* diz que seria apenas para governadores e prefeitos. Eu não disse isso. Ou é para todos, ou não é para ninguém." Já Roberto Freire (PPS-PE) assinalou que desincompatibilização não impede o uso da máquina administrativa por quem está no poder.

## Lucena propõe referendo popular

Humberto Lucena (PMDB-PB) sugeriu ontem que a decisão soberana do Congresso Nacional a respeito da emenda constitucional da reeleição seja submetida a referendo popular. Ele informou ao plenário que assinou emenda, nesse sentido, à proposta em discussão no Senado.

Lucena também frisou que, à semelhança de Jefferson Peres (PSDB-AM), considera a reeleição um instituto ge-

ninamente democrático. Quanto à desincompatibilização, defendida pelo senador amazonense para todos os candidatos à Presidência, governos estaduais e municipais, Lucena disse que, sem ela, "todos concorrem no exercício do cargo". Para ele, caberia então à legislação eleitoral estabelecer medidas para



Humberto Lucena

evitar o uso da máquina pública no processo eleitoral. A reeleição, lembrou o senador, estava prevista na revisão constitucional, combinada com a redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos. No entanto, a redução foi aprovada e a emenda da reeleição, rejeitada.

## Temor de Lauro Campos é quanto aos poderes do presidente

Lauro Campos (PT-DF) condenou ontem a proposta da reeleição, lembrando que todas as Constituições federais asseguraram aos brasileiros o direito de escolher novos governantes a cada quatro ou cinco anos.

- Sábria nossa história política por ter impedido a reeleição num país em que o presi-



Lauro Campos

dente da República se apossa de uma soma de poderes que o aproximam de um verdadeiro rei todo-poderoso - opinou.

Depois de citar alguns números sobre desigualdades de renda e de propriedades no Brasil, Lauro ponderou que só poderia admitir a possibilidade da reeleição "se ela

fosse passada pelo crivo da voz rouca das ruas" num plebiscito.

- Diante desse quadro em que a nossa tão tenra árvore democrática tenta sobreviver, parece-me um golpe letal a possibilidade de que o presidente concorra à reeleição, levando consigo todos que o cercam, principalmente em uma situação de crise, em que as benesses são feitas, talvez, em retribuição a favores prestados na eleição passada - disse.

## COMISSÕES

# Salário de vereadores condiciona empréstimo

Comissão de Assuntos Econômicos decide só autorizar créditos mediante a comprovação de que representantes do município interessado recebem até 75% da remuneração de deputados

## Kleinübing relaciona mais de dez crimes

Sub-relator da CPI dos Precatórios, Vilson Kleinübing (PFL-SC) disse ontem que mais de dez crimes já foram identificados entre as irregularidades cometidas pelos investigados pela comissão. Ele informou que caberá ao Ministério Público fazer essa tipificação e processar os implicados, e, por isso, os procuradores que auxiliam a CPI já examinam a documentação reunida pelos senadores.

Kleinübing relacionou alguns desses crimes: corrupção ativa e passiva; formação de quadrilha; peculato; estelionato; falsidade ideológica; perjúrio; evasão de divisas; evasão fiscal; descumprimento da Constituição; e crime contra a ordem econômica, entre outros.

## Morte de deputado encerra trabalhos

Alegando ter recebido naquele momento a notícia da morte do deputado Eduardo Mascarenhas (PSDB-RJ), o presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral (PFL-AM), encerrou a reunião de ontem às 20h20, lastimando a perda do companheiro de Legislativo. A CPI tinha acabado de tomar os dois últimos depoimentos dessa fase de trabalhos, interrogando Antonio da Cunha Vilas Boas e Luiz Antonio Mora, ex-funcionários da distribuidora Arjel. Os dois informaram que trabalharam pouco tempo na empresa e que jamais tiveram conhecimento de que ela comprava papéis numa operação combinada com o Bradesco. Conforme Esperidião Amin (PPB-SC), cerca de 90% das operações do Bradesco com títulos públicos foram intermediadas pela Paper.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por José Serra (PSDB-SP), acolheu ontem proposta de Roberto Requião (PMDB-PR) e Vilson Kleinübing (PFL-SC), que condiciona a liberação de créditos às prefeituras, autorizados pelo Senado, à comprovação de que os salários dos vereadores dos municípios interessados não ultrapassam o limite de 75% da remuneração dos deputados estaduais, conforme de-

termina a Constituição. A medida exige ainda que o total da despesa com pagamento dos vereadores limite-se a 5% da receita municipal.

A determinação já irá vigorar para a prefeitura de Uberlândia (MG), a favor da qual a CAE aprovou ontem parecer favorável de Kleinübing a empréstimo de R\$ 7.385.936,96, destinados à execução de obras de urbanização. Com parecer favorável de Esperidião Amin (PPB-SC),

também foi acolhido pedido de Santa Catarina para a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado. Os recursos serão empregados na rolagem da segunda parcela da dívida mobiliária do estado, que vence no dia 1º de maio. De acordo com o projeto, a quantidade das Letras será definida na data de resgate dos títulos. A CAE autorizou ainda o Ceará a contratar operação de crédito externo de US\$ 42 milhões, junto ao BID.

## Para Marina, crise indígena é fruto da incompetência do poder público

A situação de crise que há muito vem sendo enfrentada pela população indígena no Brasil é o reflexo da incompetência do poder público, disse ontem Marina Silva (PT-AC), em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Por sua iniciativa, a comissão realizou audiência para discutir a violência sofrida pelos povos indígenas nos últimos anos.

Líderes de diversas nações indígenas compareceram ao encontro, aberto com uma ex-



O presidente da Funai, na audiência de ontem da CAS

planação do presidente da Funai. Em sua exposição, Julio Gaiger afirmou ser necessário

“fazer uma enorme revolução cultural” porque, a seu ver, não é possível permitir que a Funai continue como há 80 anos, época em que os interesses indígenas eram conduzidos pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Participaram também dos debates as procuradoras Débora Duprat e Raquel Dodge, além do coordenador do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, Sebastião Machinery.

Além do presidente da CAS, senador Ademir Andrade (PSB-PA), participaram da audiência os senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Sebastião Rocha (PDT-AP), o deputado Pedro Wilson, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, e outros deputados federais.

## VISITA

### Tasso pede a ACM pressa nas reformas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem visita do governador do Ceará, Tasso Jereissati, que lhe dirigiu apelo no sentido de mobilizar os parlamentares para uma rápida apreciação das propostas de reformas constitucionais em tramitação no Congresso, com especial prioridade para a reforma administrativa. De acordo com o governador cearense, a reforma administrativa é vital para os go-



ACM recebe o governador do Ceará

vernadores e prefeitos, cujos estados e municípios estão ficando com as administrações inviabilizadas pelo crescimento das despesas com pessoal. Tasso considerou importante a atuação de ACM à frente do Senado e do Congresso.

*A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, presidida pelo senador Bernardo Cabral, ouviu ontem dois ex-ministros da Previdência sobre a proposta de emenda à*



MUDANÇAS NA

PREVIDÊNCIA

*Constituição que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição. Foram eles Raphael de Almeida Magalhães e Jarbas Passarinho.*

## Ex-ministro é contra vínculo entre ativos e inativos

*Raphael de Almeida Magalhães disse que o estabelecimento de uma relação entre os dois tipos de proventos "engessa a capacidade de se pagar salário ao servidor em atividade"*

O ex-ministro da Previdência e Assistência Social Raphael de Almeida Magalhães afirmou ontem que não há sentido em estabelecer um vínculo entre o benefício do aposentado e a carreira do ativo. Em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ele disse que o estabelecimento de uma relação entre os proventos dos aposentados e dos ativos "engessa a capacidade de se pagar salário ao trabalhador ativo".

O assunto foi suscitado por Romeu Tuma (PFL-SP). Em sua resposta, Raphael de Al-

meida Magalhães disse que há mudanças tecnológicas e de valores que não permitem tal relação. Acrescentou que o indexador do benefício "só pode ser a preservação do poder de compra do benefício concedido", e considerou "perfeitamente justo" que o valor do provento, calculado corretamente quando da aposentadoria do trabalhador, seja corrigido.

O ex-ministro defendeu a necessidade de introdução de um sistema de previdência complementar facultativa, aberta, de iniciativa do poder público sob a gestão do Banco do

Brasil e da Caixa Econômica Federal. Magalhães defendeu também a necessidade de não haver "tratamentos preferenciais" na Previdência.

Magalhães referia-se especificamente às distinções entre os programas de aposentadoria dos servidores públicos e dos demais trabalhadores: "É um erro que esses regimes sejam diferentes, que haja um privilégio injustificado", proseguiu.

Em resposta a uma pergunta do líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), o ex-ministro disse que é a favor de um regime único de previdência,

previsto em projeto do deputado petista Eduardo Jorge (SP). Ele reconheceu, entretanto, que haverá dificuldades políticas para a adoção desse sistema, sobretudo na área militar.

O ex-ministro considerou "absolutamente razoável" o teto de dez salários mínimos. Ele defendeu a importância de os benefícios serem usufruídos por quem contribui, e disse que a contribuição previdenciária deveria ser reservada ao cumprimento dos programas previdenciários básicos, e não aos benefícios de natureza assistencial.

## Passarinho lembra posição de FHC sobre limite de idade

Em depoimento ontem na CCJ, o ex-ministro da Previdência Jarbas Passarinho leu trecho de um debate entre ele e os senadores, em maio de 1984, no qual o então senador Fernando Henrique Cardoso considerava "controvertido" o tema relacionado ao limite de idade para a aposentadoria.

Naquela ocasião, o atual presidente da República dizia que não tinha muita autoridade para falar, já que se havia aposentado aos 37 anos, mas questionava a intenção do governo da época de estabelecer uma idade mínima para que o trabalhador se aposentasse.

Segundo o texto, à época o senador Fernando Henrique declarou: "Mas eu me pergunto: será que este é o caminho, será que o ministro ainda pensa que esse possa ser o caminho, posto que, na prática, o que significa isso? Sig-



Passarinho: o que antes era uma violência, hoje FHC considera admissível

nifica que uma porcentagem grande da população, que não foi aposentada pelas vias tortuosas pelas quais eu fui, mas que foi aposentada de outra maneira, e que não chega a ter uma esperança de vida maior, porque a população brasileira tem uma expectativa de vida bem menor do que a dos países de-

envolvidos, e, portanto, não se beneficiaria da aposentadoria - se o ministro considera, ainda, ou já retificou esse pensamento?"

Passarinho comentou que sua proposta, quando ministro, era a de fixar o limite mínimo para aposentadoria em 52 anos, ou 55, no máximo. "Hoje, 60 anos

como limite é admissível. Cinquenta e cinco, antes, era uma violência", frisou o ex-ministro.

Respondendo a indagação de José Eduardo Dutra (PT-SE), o ex-ministro disse ver com desconfiança a possibilidade de redução dos benefícios para o trabalhador, com a proposta do governo de contratos temporários.

Em questão levantada por Romeu Tuma (PFL-SP) sobre a vinculação entre proventos dos aposentados e dos ativos, Passarinho sustentou que as gratificações asseguradas aos trabalhadores da ativa devem ser concedidas aos aposentados, desde que possuam a qualificação requerida.

# Palmeira elogia Conferência Interparlamentar em Seul

*Senador destaca importância dos diversos temas abordados no encontro, que recebeu 1.060 delegados de 120 países*

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) destacou a importância da Conferência da União Interparlamentar, realizada em Seul, entre os dias 10 e 15 de abril, afirmando que o encontro "examinou problemas que, por sua relevância, interessam a um expressivo número de países".

- Participaram do conclave 1.060 delegados de 120 países e 20 organismos regionais, o que revela, por si só, um aspecto altamente positivo no desenvolvimento democrático



Guilherme Palmeira

do mundo contemporâneo, representado pela quantidade de Parلامentos em efetivo funcionamento em todos os continentes - disse o senador.

Guilherme Palmeira, que chefiou a delegação brasileira, pronunciou-se na conferência sobre a situação política, econômica e social no mundo.

Ele lembrou a participação da delegação nas reuniões do Grupo Latino-Americano, nas quais o deputado Nilson Gibson pronunciou-se sobre a cooperação para a paz e a estabilidade regional e mundial, assim como pelo respeito à soberania e à independência dos Estados.



Coutinho Jorge

## Coutinho destaca implantação do projeto Salobo

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) afirmou ontem que a implantação, pela Cia. Vale do Rio Doce, do projeto Salobo em Marabá, no Pará, vai permitir investimentos de US\$ 1,5 bilhão e proporcionar a criação de 10 mil empregos na região, beneficiando também outros estados da Amazônia.

Coutinho Jorge informou que o projeto Salobo vai proporcionar, além de um maior número de empregos, a redução da evasão de divisas do país. Disse que o Brasil deixará, por exemplo, de importar 170 toneladas de cobre do Chile e da Bolívia, porque o Salobo vai produzir 220 toneladas. O projeto vai produzir, além de cobre, subprodutos como ouro, prata e ácido sulfúrico.

Segundo o senador, o projeto faz parte de uma estratégia de desenvolvimento traçada pelo governo federal para a Amazônia, juntamente com a proposta para a exploração do gás de Urumucum e o fortalecimento da energia elétrica naquela região, a partir da hidrelétrica de Tucuruí.

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) destacou a recente visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Amazônia e o empenho do governo, que, através de vários investimentos, tem buscado solucionar a crise de energia elétrica para os estados da região Norte. "Como se pode acusar o governo de cuidar apenas do Plano Real e não fazer mais nada?", indagou o senador.

## Onofre Quinan faz apelo à ONU por integridade e soberania do Líbano

O senador Onofre Quinan (PMDB-GO) dirigiu apelo às Nações Unidas e aos países "co-responsáveis pela construção da paz no mundo" para que adotem providências que façam valer a resolução do Conselho de Segurança da ONU que estabelece o respeito à integridade territorial, à soberania e à independência do Líbano, instalando, se necessário, uma força de paz no sul daquele país.

Segundo o senador, a tradição turística do Líbano, que já foi a atividade econômica mais importante, perdeu muito "com o país desfigurado por uma guerra não declarada". Quinan acrescentou que, como o turismo, todos os demais aspectos da vida no país sofrem com a crise da guerra. "Por isso, no Líbano, as comemorações não são festivas. Ao contrário: semeiam-se datas



Onofre Quinan

de luto, memórias da morte e da destruição", disse.

- 14 de março, por exemplo, é o "Dia Libanês Internacional da Solidariedade com o Líbano-Sul e Bekaa-Oeste". Por quê? Porque há

20 anos tropas estrangeiras, no contexto de uma operação militar de larga envergadura, ocuparam esse território libanês de aproximadamente 1.100 km<sup>2</sup> e, em 653 ataques, destruíram 3.120 residências e assassinaram 560 civis - informou ele.

## Amin pede saída de Israel

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) pediu aos demais senadores apoio para o cumprimento da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que determina a retirada das forças israelenses de todo o território libanês, "indispensável ao fim das agressões contra o Líbano, seus cidadãos, seu território e suas instituições".

- Há vinte anos, Israel recusa-se a pôr em prática essa resolução. Causa estranheza aos libaneses que algumas resoluções da



Esperidião Amin

ONU tenham o poder de mobilizar o mundo, enquanto outras, não menos meritórias, permanecem letra morta - afirmou.

Amin ressaltou que a comunidade libanesa representa quase 10% da população brasileira e possui representantes de destaque em todos os tipos de atividades humanas.

# Iris propõe revitalização do Proálcool

*E lembra que a produção do combustível no país criou 770 mil empregos no campo e permite a economia anual de 2 bilhões de dólares em importações de petróleo*

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) sugeriu ontem que o governo federal revitalize o Proálcool, estabelecendo regras que permitam o convívio salutar e competitivo do álcool com os derivados de petróleo.

Para tanto, segundo o senador, o governo teria que influenciar, numa economia de mercado, a formação de preços de combustíveis.

O senador disse que o álcool se desenvolveu enquanto



Iris Rezende

houve uma intervenção do governo na política de preços dos combustíveis, que o viabilizou frente à gasolina. "Embora vários estudos comprovem que o álcool já compete com o petróleo e a gasolina em termos puramente econômicos, em termos empresariais ele ainda não compete com a gasolina a preços de mercado", justificou.

Iris Rezende lembrou que a produção de álcool combustí-

vel no país criou 770 mil novos empregos no campo, além de ser um sucesso em termos ambientais, ao reduzir de 30 a 40% as emissões de monóxido de carbono e outros poluentes dos veículos.

## ECONOMIA

O álcool permite a economia anual de 2 bilhões de dólares em importações de petróleo e derivados, e o açúcar exportado gera 1,5 bilhão em divisas, somando 3,5 bilhões de dólares por ano em contribuição positiva às contas nacionais - acrescentou Iris.



Júlio Campos

## Júlio Campos quer extinguir prisão por dívida

Júlio Campos (PFL-MT) defendeu projeto que retira do Decreto-Lei nº 911/69 a prisão civil por dívida contraída mediante obtenção de crédito com alienação fiduciária, por entender que esse diploma legal afronta os postulados de proteção aos direitos humanos.

Como há evidente dissensão jurisprudencial sobre o tema, argumenta Júlio Campos, cabe ao legislador fazer a interpretação autêntica, dando à norma jurídica sentido e alcance o mais condizente possível com os valores albergados pelo sentimento de proteção da dignidade humana.

Segundo o senador, baseando-se em pareceres de processualistas consagrados, há flagrante inconstitucionalidade na prisão civil por dívida contraída com base no instituto da alienação fiduciária.

Entretanto, apesar de sofrer alguns comentários severos, como "resqúcio do período autoritário", lei draconiana etc., o fato é que ao longo destes quase 30 anos de aplicação o Decreto-Lei nº 911 vem cumprindo a sua função de regulador do sistema de financiamento de crédito direto ao consumidor, mas há um defeito grave que precisa ser eliminado, que é a prisão civil - enfatizou Júlio Campos.



Ney Suassuna

## Polígono das Secas precisa de ajuda, afirma Suassuna

O governo federal precisa adotar uma política que privilegie o Polígono das Secas, alertou ontem Ney Suassuna (PMDB-PB), acentuando que a região é constituída por nove estados, com uma população de 44,3 milhões de pessoas.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 17,3 milhões de indigentes dessa área sobrevivem abaixo da linha de pobreza, administrando renda zero ou, na melhor das hipóteses, rendimentos insuficientes para a aquisição de uma cesta básica - informou.

Suassuna lembra que o poder público federal gasta, por habitante, no país como um todo, três vezes mais do que gasta com o Nordeste. Do total dos incentivos fiscais, em 1993, 45,8% foram para o Sudeste, 38,8% para o Norte, e só 9,6% para o Nordeste.

## Valmir sugere normas para concurso público

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) apresentou ontem projeto que estabelece novas normas para a realização de concursos para cargos e empregos públicos. A matéria faculta o aproveitamento, por outro órgão, do candidato aprovado em uma entidade, "desde que tal procedimento não fira o princípio da igualdade e somente se o edital do concurso prever essa possibilidade, bem como explicitar em quais órgãos ocorrerá o aproveitamento".

A proposta de Valmir Campelo estabelece ainda que será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição em concurso público àqueles que comprovem a situação de desempregado. Além disso, prevê que a prova de Língua Estrangeira em concurso público somente poderá ser



Valmir Campelo

exigida para o provimento de cargos cujas atribuições exijam o conhecimento do idioma indicado.

O projeto determina também que o servidor aprovado em novo concurso público tenha sua investidura no cargo sob a forma de ascensão funcional, mediante novas condições, entre elas a de estar no exercício regular de cargo efetivo do órgão em que ocorrer a ascensão. Ao justificar essa medida, o senador lembra que é fundamental esclarecer que não se está concedendo aos servidores aprovados nenhum tipo de privilégio ou vantagem no concurso. "Apenas assegura, no novo cargo, os direitos e vantagens que obtiveram no cargo anterior, muitas vezes depois de inúmeros anos de dedicação ao serviço público".

# Abdias exalta obra de Nelson Rodrigues

*"Assim como a Inglaterra se orgulha do seu Shakespeare, nós celebramos o Dante da nossa literatura dramática, que elevou o teatro brasileiro ao ponto mais alto da dramaturgia"*

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) homenageou ontem o dramaturgo Nelson Rodrigues, destacando o grande sucesso que vem obtendo a montagem da peça *Vestido de Noiva*, num teatro de Los Angeles (Estados Unidos).

Abdias Nascimento lembrou que *Vestido de Noiva*, estreado em dezembro de 1943, "causando muita polêmica", é tida como "espécie de divisor de águas do teatro brasileiro".

Disse que "a razão das ferozes reações à obra de Nelson Rodrigues reside no arraigado conservadorismo que caracte-



Abdias

rizava as elites brasileiras, atingidas em cheio pela temática de sua obra, sempre pronta a desnudar preconceitos e fazer aflorar os sentimentos mais íntimos de uma sociedade que se queria ilibada e puritana".

Para o senador, o dramaturgo era um aliado na luta contra a discriminação racial nos palcos. O senador disse ter combatido, com Nelson Rodri-

gues, a censura à peça *Anjo Negro*, até conseguir a liberação do seu texto. Abdias ressaltou também sua participação, como ator, ao lado de Rodrigues, na peça *Perdoa-me por me traíres*.

- Assim como o teatro norte-americano possui um Eugene O'Neill, o gênio modernizador da dramaturgia daquele país, e a Inglaterra se orgulha do seu Shakespeare, nós celebramos o Dante da nossa literatura dramática: Nelson Rodrigues, que elevou o teatro brasileiro até o ponto mais alto da dramaturgia - afirmou.

## Dutra anuncia filiação de Waldir Pires ao PT

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, registrou ontem a filiação de Waldir Pires, ex-ministro da Previdência Social e ex-governador da Bahia, ao Partido dos Trabalhadores. Conforme o senador, esse fato, associado à recente filiação do ex-deputado brasileiro Sigmaringa Seixas ao PT, demonstra que, "cada vez mais, social-democratas sinceros, progressistas honestos, perdem qualquer expectativa em relação ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso".

## Geraldo Melo cita homenagem de Pernambuco a ministro potiguar

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) registrou ontem homenagem prestada ao ministro José Augusto Delgado, do Superior Tribunal de Justiça, pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, que lhe concedeu o título de Cidadão Pernambucano, por iniciativa do deputado estadual Geraldo Coelho.

Geraldo Melo informou que o ministro José Augus-

to Delgado nasceu numa casa humilde em São José do Campestre, no Rio Grande do Norte. Foi juiz estadual e, em seguida - após concurso nacional -, exerceu o cargo de juiz federal. Conforme o senador, José Augusto Delgado, entre outras importantes funções, presidiu o Tribunal Regional de Pernambuco.



Geraldo Melo

## Plenário aprova condolências à família de Reis

O Senado enviará condolências à família do escritor Elpídio Reis, ex-presidente da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, falecido no último dia 27. Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), autor do requerimento, esse intelectual sempre procurou manter vivas a cultura e a História de Mato Grosso do Sul.

- Elpídio Reis sempre atuou em defesa da cultura, sempre esteve a serviço da literatura regional e do país. Era homem de ampla formação humanística e exerceu diversos cargos e funções. Foi diretor superintendente do jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, e diretor da Legião Brasileira de Assistência (LBA) na Bahia - disse.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, LEOMAR QUINTANILHA E GUILHERME PALMEIRA E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

**4º Secretário:** Lucídio Portella

**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Mattos

**Diretor da Agência Senado** - José do Carmo Andrade

**Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

**Diagramação** - Sergio Luiz e Wesley Carvalho

**Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio

Essucy

**Revisão** - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.